

DIVULGAÇÃO

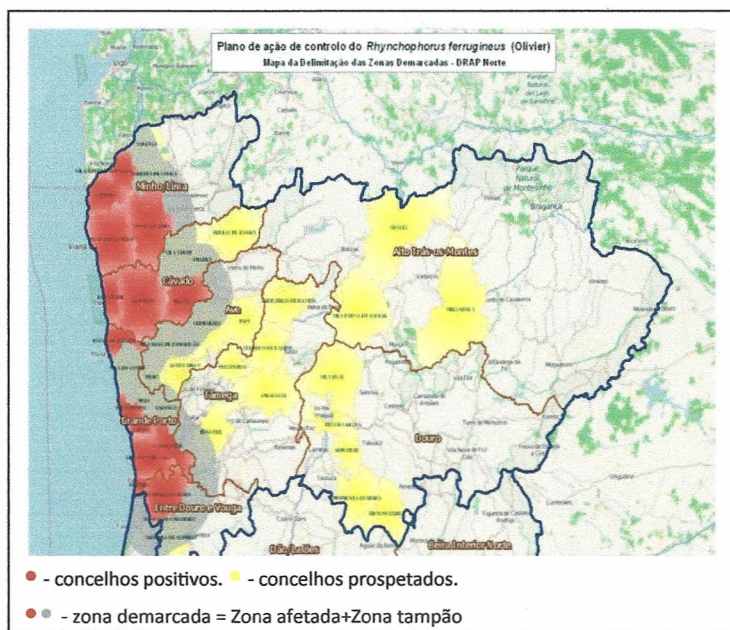
O ESCARAVELHO VERMELHO DA PALMEIRA

Rhynchophorus ferrugineus (Olivier)

O inseto *Rhynchophorus ferrugineus* (Olivier), vulgarmente designado como “escaravelho da palmeira”, é um coleóptero da família dos curculionídeos, que ataca várias espécies de palmeiras, causando estragos importantes que podem conduzir à morte das plantas. Originário das zonas tropicais da Ásia e da Oceânia, expande-se na década de 1980-90, pelo Médio Oriente (Irão, Arábia Saudita), África (Egito), Europa (Espanha 1993), tendo posteriormente sido assinalada a sua presença em quase todos os países da bacia mediterrânica. Em Portugal este inseto foi detetado pela primeira vez em 2007, na região do Algarve, estando atualmente disperso por diversas regiões do país.

Na região Norte, aparece pela primeira vez em 2010, em exemplares de *Phoenix canariensis* em jardins de três freguesias do concelho de V.N de Gaia. Atualmente encontra-se dispersa pelos concelhos de Barcelos, Braga, Caminha, Esposende, Gondomar, Matosinhos, Ponte de Lima, Porto, Póvoa de Varzim, Santa Maria da Feira, Viana do Castelo, Vila Nova de Cerveira e Vila Nova de Gaia, tendo sido observados sintomas em palmeiras de jardins particulares e públicos, com impacto ao nível paisagístico, económico e social da região.

A elevada capacidade de dispersão da praga associada à sua nocividade, levou a União Europeia a considerá-la como um **organismo de quarentena** e de luta obrigatória, estabelecendo medidas de emergência contra a introdução e a propagação na Comunidade do *Rhynchophorus ferrugineus* e introduzindo a obrigatoriedade de um **Plano de ação** para o combate da praga.



A distribuição generalizada de espécies hospedeiras pelo território nacional, associada à forma de atuação da praga, tem dificultado a implementação das medidas e facilitado a sua expansão.

HOSPEDEIROS

Este insecto tem como principais hospedeiros várias espécies de palmeiras da família da *Arecacea*, sendo espécies mais susceptíveis *Phoenix canariensis*, *Phoenix dactylifera* e *Washingtonia filifera*.

BIOECOLOGIA

O inseto desenvolve o seu ciclo de vida de 4 a 5 meses no interior da planta, podendo coexistir ao mesmo tempo os seus quatro estados: ovo, larva, pupa e adulto (Fig. 6). Após a emergência, os adultos acasalam, podendo permanecer na planta ou voar para outras. Estes podem voar a grandes distâncias (3 a 5 Km), seguindo os odores atrativos alimentares libertados pelas palmeiras e transportados pelo vento.



SINTOMAS/SINAIS

Os sintomas visíveis na planta aparecem, geralmente, passados meses do início da infestação. Em alguns casos, quando se detetam, a planta já se encontra num estado avançado de infestação.

O desenvolvimento do inseto no interior das palmeiras, o ponto onde se deu a primeira infestação (folhas ou ao longo do espique), associado às características da planta (grandes dimensões, forma, tipo de folha, etc,...) e sua localização que dificulta o acesso aos pontos de observação de sinais da praga, dificultam a deteção precoce da praga.

Alguns destes **sintomas** podem ser:

- Coroa desguarnecida de folhas jovens no topo ou com aspeto achatado (Fig. 1 e 3).

- Folhas jovens pouco desenvolvidas, com folíolos comidos em forma de V ou truncados (Fig. 2).
- Orifícios e galerias na base das folhas podendo conter larvas ou casulos com pupas e/ou adultos. (Fig. 4 e 6)
- Presença de orifícios na zona das podas (Fig. 5).
- Presença de odor característico, que resulta da putrefação dos tecidos internos da planta.
- Presença de exsudado viscoso junto aos orifícios de saída das larvas.
- Ruído produzido pela atividade da praga.

Quando o único ponto de crescimento da planta (gomo terminal) é afetado, esta morre, e o gomo terminal pode destacar-se e cair por ação do vento;

ESTRATÉGIA DE CONTROLO

A estratégia de controlo passa pela integração de um conjunto de medidas e depende da intensidade do ataque da palmeira e da sua localização face a exemplares não infestados. No entanto, após a observação de sinais e/ou sintomas suspeitos, deve proceder-se a uma observação minuciosa para confirmar a presença da praga e tomar as medidas necessárias, tendo em vista a eliminação das plantas afetadas e proteger as sãs.

PROCEDIMENTOS A SEGUIR NO CONTROLO DO “ <i>ESCARAVELHO VERMELHO DA PALMEIRA</i> ” (<i>R. ferrugineus</i>)		
MEDIDAS INDIRECTAS		
Em novas plantações, seleção de espécies resistentes e sãs. No processo de aquisição de plantas aos produtores e/ou fornecedores, verificar a sua proveniência e a existência do respetivo <u>passaporte fitossanitário</u> , que garanta a isenção de organismos prejudiciais e/ou de quarentena. Evitar todo o tipo de feridas, uma vez que estas favorecem os ataques. Evitar podas excessivas e podar de preferência nos meses de menor atividade da praga (Novembro a Fevereiro). Não fazer novas plantações de espécies hospedeiras nas zonas afetadas.		
MEDIDAS DIRETAS		
PALMEIRAS SÃS OU SEM SINTOMAS	PALMEIRAS POUCO AFETADAS (em recuperação)	Palmeiras muito afetadas ou mortas (para abate)
Vigilância para deteção precoce do inseto ou de sinais e/ou sintomas suspeitos. Podar só as folhas secas, evitando podas excessivas, tipo “ananás” e todo o tipo de feridas, que favorecem os ataques do escaravelho. Os cortes devem ser lisos e não lascados.	Poda sanitária. Eliminação de todas as folhas que apresentem orifícios ou galerias das larvas. Limpeza de toda a parte afetada da palmeira, até ao tecido são, tendo o cuidado de não danificar o gomo apical (único gomo de crescimento da planta).	As palmeiras com infestação em fase avançada e sem recuperação possível devem ser abatidas , procedendo a: 1 - Tratamento prévio com produto fitofarmacêutico homologado, para evitar a dispersão dos insetos no momento do abate; este tratamento pode ser dispensado se o abate for nos meses de inverno. 2 - Proteção e isolamento da zona, estendendo um lona ou plástico no chão para recolha dos resíduos resultantes do abate; 3 - Corte das folhas e da coroa; 4 - Limpeza da zona e destruição dos resíduos e materiais resultantes do abate no local ou seu transporte em camião fechado ou coberto com lona ou rede que evite o risco de dispersão de insetos durante o trajeto para um local onde se procederá à sua rápida destruição por queima, trituração ou aterro a pelo menos 2 metros de profundidade.
Podar de novembro a fevereiro (período de menor atividade do inseto adulto);		
Destruição dos resíduos de poda por trituração, queima ou enterramento a mais de 2 m de fundo; caso seja necessário efetuar a poda de folhas verdes, a superfície do corte deve ser selada com um isolante apropriado. Efetuar tratamentos preventivos das palmeiras podadas e das sãs, com ou sem sintomas, na zona envolvente, utilizando os produtos fitofarmacêuticos homologados e nos períodos a seguir indicados.		
PRODUTOS FITOFARMACÊUTICOS ACONSELHADOS E ÉPOCAS DE APLICAÇÃO, NAS PALMEIRAS SEM SINTOMAS OU POUCO AFETADAS		
ÉPOCA DO ANO	PALMEIRA SEM SINTOMAS	PALMEIRA POUCO AFETADA (em recuperação)
Todo ano (exceto julho e agosto)	Nemátodes entomopatogénicos *	
março a outubro	abamectina (VERTIMEC 018 EC), imidaclopride (CONFIDOR CLASSIC) tiametoxame (ACTARA)	
inverno	Poda sanitária	

* A utilização de nemátodes entomopatogénicos (*Steinernema carpocapsae*+*qitosano*) tem apresentado resultados interessantes no combate a esta praga.

Os trabalhos de poda, recuperação, tratamentos fitossanitários ou abate e destruição de palmeiras, devem ser realizados por empresas habilitadas para o efeito e que cumpram com os procedimentos descritos.

Para mais informações devem ser contactados os serviços oficiais competentes da DRAP-Norte ou da Direção Geral de Agricultura e Veterinária (DGAV).

Toda a informação está disponível em:

<http://drapn.mamaot.pt/drapn/fitossanidade>
e <http://www.dgv.min-agricultura.pt>

Textos de divulgação técnica da Estação de Avisos de Entre Douro e Minho nº 3/2015/ março

Ministério da Agricultura e do Mar/ DRAP-Norte/ Rua da República, 133 5370-347 MIRANDELA/

Direção de Serviços de Desenvolvimento Agroalimentar e Licenciamento/ Lugar de Codessais, 5000-421 Vila Real ☎ 259300600 fitossanidade@drapn.mamaot.pt

/Divisão de Apoio ao Setor Agroalimentar/Estação de Avisos de Entre Douro e Minho/ ✉ Quinta de S. Gens - Estrada Exterior da Circunvalação, 11846

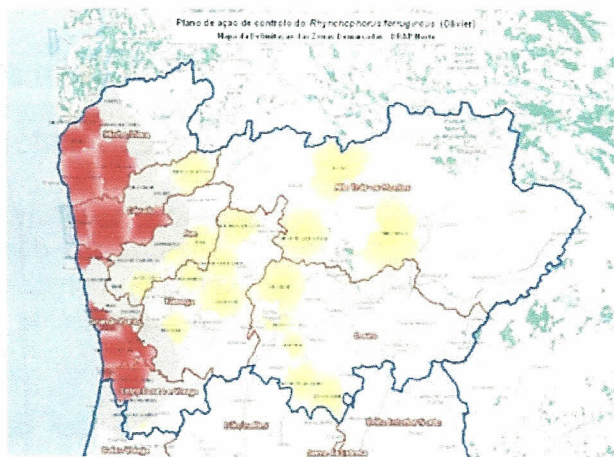
4460 - 281 SENHORA DA HORA ☎ 229574010/ 229574016 📠 avisos.edm@drapn.min-agricultura.pt; mlmarques@drapn.mamaot.pt

Fontes: DGAV (outubro de 2014), Plano de Ação para o Controlo de *Rhynchophorus ferrugineus* (Olivier); Decisões da Comissão nº 2007/365/CE de 25 de maio e Decisão da Comissão nº 2010/467/EU de 17 de agosto.

Texto e fotos: Maria de Lurdes Marques. Mapa: Isabel Reis. Arranjo gráfico: C. Coutinho.

EDITAL

OBRIGATORIEDADE DE ARRANQUE E DESTRUIÇÃO DE PALMEIRAS INFESTADAS COM O ESCARAVELHO-DA-PALMEIRA *Rhynchophorus ferrugineus* (Olivier)



O Diretor Regional de Agricultura e Pescas do Norte, nos termos do nº 1 do artº 7º do Decreto-Lei nº 154/2005, de 6 de Setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 243/2009, de 17 de Setembro, e atento ainda o disposto na alínea d) do artº 70º do Código do Procedimento Administrativo, torna público o seguinte:

1. A ocorrência na região de Entre Douro e Minho da praga *Rhynchophorus ferrugineus* (Olivier) coloca em risco as palmeiras, com impactes ao nível do aspeto paisagístico, económico e social da região.
2. Em Portugal, a espécie mais atacada e sensível é a *Phoenix canariensis* (Palmeira-das-Canárias) embora se verifiquem também infestações em *Phoenix dactylifera* L. (Palmeira tamareira), *Trachycarpus fortunei* (Palmeira-da-China) e *Washingtonia* spp. (Palmeira-de-leque).
3. Devido à elevada capacidade de dispersão e estabelecimento de *Rhynchophorus ferrugineus* (Olivier), torna-se necessário o recurso ao presente meio de notificação.
4. Ficam desta forma notificados, ao abrigo do estabelecido no artº 20º do Decreto-Lei nº 154/2005, de 6 de Setembro, todos os proprietários, usufrutuários, possuidores, detentores ou rendeiros de quaisquer parcelas de prédios rústicos ou urbanos, incluindo logradouros, com palmeiras (*Phoenix canariensis*, *Phoenix dactylifera* L., *Trachycarpus fortunei*, *Washingtonia* spp., e outras da lista de espécies suscetíveis) para procederem da seguinte forma:

4.1 Plantas muito infestadas (sem capacidade de recuperação) ou mortas

Arranque e destruição do material afetado, aplicando os procedimentos técnicos necessários para evitar a dispersão do inseto.



GOVERNO DE
PORTUGAL

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
E DO MAR

Rua da República, 133, 5370-347 Mirandela, PORTUGAL
TEL + 351 27 826 09 00 FAX + 351 27 826 09 76
geral@drapn.min-agricultura.pt
<http://www.drapn.min-agricultura.pt>

4.2 Plantas aparentemente sãs, localizadas em zonas próximas de focos, suspeitas ou em fase inicial de ataque

Aplicação de medidas culturais, evitando a realização de cortes na planta que promovam a exposição dos tecidos vegetais vivos ao inseto, nos períodos de maior intensidade de voo (março a novembro).

Realização de tratamentos fitossanitários com os produtos fitofarmacêuticos homologados pela Direção Geral de Alimentação e Veterinária.

5. As plantas referidas em 4.1 devem ser abatidas, no prazo máximo de 10 dias úteis a contar da data da notificação, operada por este edital ou por qualquer outro meio permitido na lei, conforme o utilizado em primeiro lugar.
6. Cumpre aos proprietários, usufrutuários, possuidores, detentores ou rendeiros, proceder ao abate e destruição das plantas a que se refere o ponto 4.1 deste documento, nomeadamente cumprindo o estabelecido nos pontos 10 e 13 do "Plano de Ação para o controlo de *Rhynchophorus ferrugineus* (Olivier)", DGAV, outubro de 2014.
7. Após o arranque e destruição dos exemplares infestados, os proprietários, usufrutuários, possuidores, detentores ou rendeiros devem **comunicar** aos Serviços Regionais de Agricultura e Pescas as medidas fitossanitárias realizadas.
8. A leitura do presente edital não dispensa a consulta da lei vigente.
9. Para qualquer esclarecimento adicional relativo a este assunto, os interessados deverão contactar os Serviços Regionais da:

Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte
Direção de Serviços de Desenvolvimento Agroalimentar e Licenciamento

Lugar de Codessais
5000-421 Vila Real
Tlf: 259 300 600 Fax: 259 375 292

Divisão de Apoio ao Setor Agroalimentar
Estrada Exterior à Circunvalação, 11846
4460-281 Senhora da Hora
Tlf: 229 574 010 Fax: 229 574 029

Mirandela, 5 de Março 2015

O Diretor Regional de Agricultura e Pescas do Norte

Dr. Manuel Cardoso





DIVISÃO DE APOIO AO SECTOR AGROALIMENTAR (DASA)

INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

Abate e destruição das palmeiras afectadas pelo *R. ferrugineus* (Olivier)

Com base em diversos documentos publicados por serviços de protecção fitossanitária e de forma a evitar a dispersão do insecto para locais não infestados, definiu-se um esquema de procedimentos a observar quando houver lugar a abate e destruição de plantas atacadas:

- 1.º Protecção e isolamento da zona envolvente à área a tratar, cortando o acesso a pessoas e animais. Deverá também ser sinalizada a zona na qual tenha ocorrido aplicação de insecticidas e respeitado o intervalo de reentrada na área tratada;
- 2.º Colocação de um plástico ao nível do solo a fim de recolher todos os restos de material vegetal resultantes do abate/destruição da planta infestada;
- 3.º Eliminação das folhas (caídas no solo e provenientes da coroa) e pulverização imediata dos restos de vegetais com os produtos homologados pela DGAV (Tabela 1);
- 4.º Empacotamento do material vegetal assim tratado com o plástico previamente colocado;
- 5.º Pulverização com os produtos fitossanitários aconselhados por toda a coroa e tronco;
- 6.º Colocação de uma malha fina em volta da zona da coroa;
- 7.º Se a palmeira a abater tiver grande porte deve ser previamente reduzida a fracções mais pequenas com um mínimo de cortes;
- 8.º Se a palmeira, inteira ou secções cortadas, não for para arrancar pela raiz, deve cobrir-se a parte restante do tronco, que deve ficar o mais próxima possível do solo, com substância isolante ou plástico que a envolva na totalidade, evitando assim a dispersão de insectos que possam aí restar;
- 9.º Os restos vegetais daqui resultantes podem ser triturados no local ou em alternativa carregados em camião e transportados para local definitivo, onde serão devidamente triturados e/ou queimados até à sua total destruição;
- 10.º Caso haja lugar a circulação do material por triturar, devem as plantas, ou secções, ser envolvidas em plástico ou rede de malha fina por forma a evitar-se a dispersão do insecto;
- 11.º Após remoção das plantas afectadas deve ser minuciosamente observado o local envolvente para se determinar presença de adultos, larvas ou casulos, os quais, a existirem, devem ser eliminados e os seus restos retirados dentro de plástico;



12.º Às espécies susceptíveis circundantes às plantas retiradas, ainda que não apresentem sintomas, deve ser aplicado um tratamento insecticida com um dos produtos homologados, prevenindo-se assim a sobrevivência de insectos que possam aí estar alojados.

13.º Por fim, o camião e materiais utilizados no abate e destruição deverão ser cuidadosamente limpos garantindo-se a remoção, se necessário a desinfestação, de restos do insecto (ovos, larvas, pupas, adultos).

Tabela1 - Produtos fitofarmacêuticos autorizados e épocas de aplicação DGAV (2014).

ÉPOCA DO ANO	PALMEIRAS SEM SINTOMAS	PALMEIRAS COM SINTOMAS LEVES OU POUCO INFESTADA (em recuperação)
Todo o Ano (excepto Julho e Agosto)	Nemátodos entomopatogénicos	Nemátodos entomopatogénicos
Março a Outubro	Tratamentos preventivos VERTIMEC 018EC (abamectina) CONFIDOR Classic (imidaclopride) ACTARA 25 WG (tiametoxane)	Tratamentos curativos VERTIMEC 018EC (abamectina) CONFIDOR Classic (Imidaclopride) ACTARA 25 WG (tiametoxane)
Inverno	Poda sanitária	

Fonte: Plano de Ação para o controlo do *Rhynchophorus ferrugineus* (Olivier), DGAV, Outubro de 2014.

Os trabalhos de poda, recuperação, tratamentos fitossanitários ou abate e destruição de plameiras, devem ser realizados por empresas habilitadas para o efeito e que cumpram com os procedimentos descritos.

A realização de tratamentos só poderá ser efectuada com produtos homologados pela Autoridade Fitossanitária Nacional (DGAV) e que dado tratem-se de substâncias consideradas perigosas para o Homem, para os animais e para o ambiente e atendendo à localização dos exemplares susceptíveis a tratar (espaços públicos, jardins particulares), não deve ser dispensada a leitura atenta do rótulo, nomeadamente no que se refere às precauções toxicológicas, ecotoxicológicas e ambientais.

Para mais informações devem ser contactados os serviços oficiais competentes da DRAP Norte ou da Direção Geral de Agricultura e Veterinária (DGAV).

Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte

Direção de Serviços de Desenvolvimento Agroalimentar e Licenciamento

Lugar de Codessais

5000-421 Vila Real

Tlf: 259 300 600 Fax: 259 375 292

fitossanidade@drapn.mamaot.pt

Divisão de Apoio ao Setor Agroalimentar

Estrada Exterior à Circunvalação, 11846

4460-281 Senhora da Hora

Tlf: 229 574 010 Fax: 229 574 029

mlmarques@drapn.mamaot.pt